

Aprovo o presente Convite,

por delegação ao abrigo do Despacho n.º 7484/2023

*O Administrador dos SASULisboa
(Pedro Simão)*

CONVITE

1.

a) A entidade adjudicante é os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (adiante designado por SASULisboa), contribuinte n.º 510762980, com morada no Edifício “Cantina Velha”, Av. Professor Gama Pinto - Cidade Universitária, 1600-192 Lisboa, telefone n.º 21 361 1700, com o endereço eletrónico aprovisionamento@sas.ulisboa.pt, cujo horário de funcionamento é de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00, que convida a apresentar proposta no âmbito do **AJUSTE DIRETO N.º 025/SASULisboa/2024 - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA DO EDÍFICIO DA RESIDÊNCIA MANUEL DA MAIA”**.

b) O órgão que tomou a decisão de contratar, foi o Administrador dos SASULisboa, Pedro Simão, no uso das competências delegadas através do Despacho n.º 7484/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 18 de julho;

c) A escolha de Ajuste Direto foi feita ao abrigo da alínea do n.º 1, alínea iii), do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP);

d) A proposta deverá ser constituída por:

→ Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **Anexo I do CCP**, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

→ **Lista de preços unitários** previstos no Mapa de Quantidades (os preços dos itens deverão ser apresentados em euros, **apenas com duas casas decimais**);

→ Cópia da **certidão do registo comercial** ou código de acesso à mesma e RCBE onde conste a data de

submissão da declaração.

(Os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente e individualmente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada).

- e) Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa;
- f) A proposta deverá ser entregue no prazo de 12 dias após o envio do presente convite;
- g) A proposta deverá ser apresentada através da plataforma eletrónica de contratação pública, em utilização pela Entidade Contratante, “acinGov”, sendo o atraso na entrega da proposta, da exclusiva responsabilidade do concorrente, não constituindo motivo justificativo para qualquer reclamação;
- h) Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução;
- i) O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do artigo 81.º do CCP. É de 2 (dois) dias úteis o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do mesmo diploma legal.
- j) Os documentos de habilitação a apresentar são os seguintes, nos termos do artigo 81.º do CCP:
 - a) Declaração emitida conforme modelo do Anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), c), e) e h) do n.º 1, do artigo 55.º do CCP.

2.

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

3.

O preço base do procedimento é de **€ 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta euros)**.

ANEXO I

Modelo de declaração

a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». 198 (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.